

ALE-RO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ANALISTA LEGISLATIVO PEDAGOGIA



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

**EDITAL N° 01, DE 20
DE OUTUBRO DE 2025**

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Cunha - SP

Analista Legislativo - Pedagogia

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo).....	1
Interpretação e organização interna.....	11
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos.....	13
Emprego de tempos e modos dos verbos em português. mecanismos de flexão dos nomes e verbos.....	21
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	25
Processos de formação de palavras.....	37
Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	44
Concordância nominal e verbal.....	52
Transitividade e regência de nomes e verbos.....	58
Padrões gerais de colocação pronominal no português.....	65
Mecanismos de coesão textual.....	67
Ortografia.....	74
Acentuação gráfica.....	83
Emprego do sinal indicativo de crase.....	90
Pontuação.....	93
Estilística: figuras de linguagem.....	103
Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	108
Variação linguística: norma padrão.....	114
Questões.....	116
Gabarito.....	123

SUMÁRIO

SUMÁRIO

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Lógica: proposições, valor-verdade, negação, conjunção, disjunção, implicação, equivalência, proposições compostas. Equivalências lógicas	1
Problemas de raciocínio: deduzir informações de relações arbitrárias entre objetos, lugares, pessoas e/ou eventos fictícios dados	10
Diagramas lógicos	14
Tabelas e gráficos	17
Conjuntos e suas operações	24
Números naturais, inteiros, racionais, reais e suas operações. Representação na reta	30
Unidades de medida: distância, massa e tempo. Medidas de comprimento, área, volume	47
Representação de pontos no plano cartesiano	52
Álgebra básica: equações, sistemas e problemas do primeiro grau	54
Proporcionalidade direta e inversa	59
Porcentagem	61
Juros	64
Sequências, reconhecimento de padrões, progressões aritmética e geométrica	67
Geometria básica: distâncias e ângulos, polígonos, circunferência, perímetro e área ..	71
Princípios de contagem	79
Noções de probabilidade	84
Questões	87
Gabarito	95

HISTÓRIA DE RONDÔNIA

As bases da ocupação colonial da Amazônia	1
As políticas do Estado português para as regiões dos vales do Guaporé e Madeira	8
A questão das fronteiras entre América Portuguesa e o império hispânico e a criação da Capitania de Mato Grosso	17
A economia colonial nos vales do Guaporé e Madeira: mineração, drogas do sertão, o escravismo, o contrabando e as rotas fluviais	24
Colonização e povoamento no vale do Madeira e do Guaporé nos séculos XIX e XX ..	33
O advento da exploração seringueira e a questão das fronteiras	39
As diversas etapas da construção da Ferrovia Madeira Mamoré	47
A Comissão Rondon e a instalação das linhas telegráficas	54
A criação dos Territórios Federais do Guaporé e de Rondônia	60
Os novos surtos de povoamento e a ampliação do extrativismo mineral	68

SUMÁRIO

SUMÁRIO

A implantação do Estado de Rondônia. Os projetos de colonização estatais e privados	74
A instalação da rodovia federal BR-364	82
Questões	88
Gabarito	92

GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Povoamento e ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé	1
Colonização ibérica na região	2
A colonização portuguesa no Vale do Guaporé	4
Os séculos XIX e XX e a exploração da borracha, poia e castanha	5
A construção da EFMM e da Linha Telegráfica	7
Território Federal do Guaporé/Rondônia	9
A Rodovia BR-364 e os garimpos	10
A ocupação recente da Amazônia e Rondônia: a colonização agropastoril	12
O Estado de Rondônia, da criação às questões atuais	14
O ambiente amazônico, as estruturas físicas e ambientais da região	16
O Estado de Rondônia: componentes do meio físico e ambiental	18
Populações e ocupação do espaço: processos migratórios; distribuição de renda; indicadores de qualidade de vida; populações tradicionais	19
As divisões regionais	22
Produção econômica regional	24
As questões socioambientais	26
História do Poder Legislativo de Rondônia	28
Questões	30
Gabarito	34

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei de diretrizes e bases da educação nacional – Ldb nº 9.394/96: princípios, fins e organização da educação nacional; níveis e modalidades de educação e ensino. o ensino fundamental a partir da lei nº 9.394/96; o ensino médio a partir da lei nº 9.394/96	1
As diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental	33
As diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio	49
Diretrizes para educação de jovens e adultos	64
Diretrizes para educação especial	71

SUMÁRIO

SUMÁRIO



História da educação (brasil).....	77
Gestão democrática na escola: a construção do projeto político-pedagógico	80
Os referenciais nacionais para a formação de professores: papel do professor no coletivo escolar.....	83
As novas competências requeridas para o ensino.....	85
Organização curricular; fundamentos do currículo centrado em disciplinas/conteúdos e do currículo centrado em áreas.....	87
A organização do currículo por áreas de conhecimento; currículo orientado para a construção de competências.....	92
O ensino-aprendizagem no contexto do currículo por competências: o processo ensinoaprendizagem: atores e componentes.....	94
Aprendizagem e desenvolvimento	101
A metodologia dos projetos didáticos	110
Avaliação diagnóstica e formativa	111
A análise de erros numa perspectiva de orientação/reorientação do ensino	113
A especificidade do pedagogo – saberes pedagógicos e atividade docente	117
Questões	120
Gabarito.....	128

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Arquitetura básica de computadores: hardware, componentes e funções; unidade central de processamento; memória RAM, cache e tipos de armazenamento; dispositivos de entrada e saída e de armazenamento de dados: tecladomouse, monitor, impressoras, scanner, discos rígidos, SSDs, pendrives, discos ópticos, conectores e portas de comunicação.....	1
Armazenamento em nuvem	8
Windows 10/11: conceitos básicos de software e sistema operacional; programas e utilitários, ambiente gráfico, área de trabalho, janelas, ícones, atalhos de teclado, pastas, tipos de arquivos, criação, cópia, exclusão e restauração de arquivos. figuras e imagens (formatos e uso).....	9
MS Office 2021 e Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, OneDrive e Teams): conceitos, características, principais funcionalidades, ícones, atalhos de teclado, criação e edição de documentos, planilhas e apresentações, inserção de gráficos e tabelas, compartilhamento e uso de recursos na nuvem.....	39
Google Workspace (Gmail, Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive, Meet e Agenda): conceitos, características, funcionalidades, colaboração em tempo real e armazenamento online	69

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Internet: conceitos e características; navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome, Mozilla Firefox); mecanismos de busca; downloads e uploads.....	78
Correio eletrônico (e-mail): conceitos, características, funcionalidades e boas práticas de uso seguro.....	86
Segurança digital: noções de antivírus, autenticação, senhas seguras, golpes virtuais (phishing).....	91
Questões	100
Gabarito.....	109

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Constituição Estadual: Título I – Da Organização do Estado: Disposições Preliminares, Da Competência do Estado e da Administração Pública; Título II – Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo.....	1
Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990 e suas alterações	22
Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	92
Estatuto dos Servidores Públicos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais: Lei Complementar nº 68, de 09 de dezembro de 1992 e suas alterações	95
Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013 e suas alterações	134
Estrutura Organizacional Administrativa e o Quadro Gerencial e de Assessoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia: Lei do Processo Administrativo Estadual: Lei Ordinária nº 3.830, de 27 de junho de 2016, e suas alterações.....	136
Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações: âmbito de aplicação da lei, princípios, definições e agentes públicos	138
Resolução ALE/RO nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, e suas alterações.....	261
Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e suas alterações.....	264
Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações.....	291
Questões	304
Gabarito.....	308

SUMÁRIO



O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

▪ **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

VALORES LÓGICOS

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$.

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

► Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhoso!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

► Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”



AS MOTIVAÇÕES DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA REGIÃO AMAZÔNICA

A colonização da Amazônia pelos portugueses no período colonial não ocorreu por acaso ou de maneira espontânea. Ao contrário, foi resultado de uma série de fatores estratégicos, econômicos, políticos e religiosos que se intensificaram principalmente a partir do século XVII.

A ocupação dessa região foi marcada por interesses tanto do Estado português quanto da Coroa espanhola, além da ação de grupos religiosos, como os jesuítas, e de ameaças estrangeiras, principalmente de holandeses, ingleses e franceses.

► Defesa territorial e geopolítica

Um dos principais motivos da presença portuguesa na Amazônia foi a necessidade de defender e consolidar o território colonial frente às invasões estrangeiras. No século XVII, holandeses, franceses e ingleses estavam ativos na costa norte da América do Sul, buscando estabelecer feitorias, pontos de comércio e até mesmo colônias.

Apesar do Tratado de Tordesilhas (1494) ter estabelecido uma divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, a delimitação exata do território era incerta, e a região amazônica se encontrava em uma zona de disputa. Com o tempo, Portugal passou a considerar a ocupação da Amazônia como essencial para garantir a soberania sobre essa área, estendendo o domínio além da linha de Tordesilhas, o que mais tarde seria legitimado com o Tratado de Madri (1750).

Nesse contexto, a fundação de fortes, como o Forte do Presépio (atual Belém, fundado em 1616), foi uma medida estratégica para marcar presença portuguesa e repelir invasores estrangeiros.

► Interesse econômico e exploração de recursos naturais

Outro fator fundamental foi o interesse nos recursos naturais da Amazônia. A região era vista como uma fonte inesgotável de riquezas, especialmente pelas drogas do sertão – nome dado a produtos extraídos da floresta, como cacau, urucum, salsaparrilha, baunilha, cravo-do-maranhão, castanha, entre outros.

Esses produtos tinham alto valor no mercado europeu e passaram a integrar o sistema econômico colonial. A extração das drogas do sertão foi realizada, em grande parte, com mão de obra indígena, sob o controle dos religiosos ou das autoridades coloniais, sendo um dos primeiros grandes ciclos econômicos da Amazônia.

Além disso, havia interesse em metais preciosos, embora a mineração nunca tenha se desenvolvido de forma intensa na região amazônica como ocorreu em Minas Gerais.

► Expansão religiosa e catequese indígena

A missão evangelizadora da Igreja Católica também foi um componente essencial da colonização. A Companhia de Jesus, por meio dos missionários jesuítas, teve papel fundamental na ocupação da Amazônia. Eles fundaram aldeamentos (missões) ao longo dos rios, com o objetivo de catequizar os indígenas e incorporá-los à lógica da colonização europeia.

Essa ação era, ao mesmo tempo, religiosa e política. Os missionários garantiam a presença portuguesa no interior da floresta, fixavam populações indígenas e estabeleciam laços culturais e administrativos com o poder colonial. A Igreja tinha o apoio da Coroa portuguesa, que via na catequese uma forma de controlar os povos originários e expandir o domínio cristão sobre novas terras.

► Consolidação da política de ocupação do território interior

Durante os séculos XVII e XVIII, o Reino de Portugal adotou uma política de interiorização da ocupação do território brasileiro. A Amazônia, por suas dimensões e dificuldades naturais, estava até então afastada dos centros coloniais mais ativos, como o litoral nordestino e sudeste.



A IMPORTÂNCIA DOS VALES FLUVIAIS PARA A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE RONDÔNIA

O estado de Rondônia, localizado na região Norte do Brasil, teve sua conformação territorial marcada por ciclos econômicos, pela geopolítica da fronteira e por fluxos migratórios que se adensaram a partir do século XIX. Os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé desempenharam papel essencial nesse processo, não apenas por sua importância geográfica como eixos naturais de circulação, mas também por influenciarem diretamente nas formas de povoamento e ocupação humana. Esta análise pretende discutir como esses rios estruturaram o território rondoniense, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais.

Esses vales foram palco de transformações profundas, desde os tempos das missões religiosas e explorações portuguesas e espanholas até os ciclos econômicos da borracha e os projetos de integração nacional, como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e os programas de colonização federal nas décadas de 1970 e 1980. Para compreender a dinâmica atual de Rondônia, é imprescindível estudar como esses rios moldaram os assentamentos humanos e definiram estratégias de ocupação territorial.

PRIMEIROS CONTATOS E MISSÕES RELIGIOSAS: A PRESENÇA LUSO-ESPAÑHOLA NO SÉCULO XVIII

O início do povoamento dos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé está diretamente ligado à presença das Coroas ibéricas na região amazônica. A partir do século XVIII, com a assinatura do Tratado de Madri (1750), intensificaram-se as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis. A linha do rio Guaporé passou a ser entendida como limite natural entre os domínios portugueses (ao norte e leste) e espanhóis (ao sul e oeste).

Nesse contexto, foram criadas missões jesuíticas e aldeamentos indígenas, com o intuito de consolidar a ocupação e catequese das populações locais. Um exemplo marcante é a Fundação de Forte Príncipe da Beira (1776), às margens do Guaporé, como estratégia militar portuguesa para garantir a soberania do território.

Pontos-chave:

- A ocupação era esparsa e voltada à manutenção de uma presença simbólica e estratégica na região.
- Os rios eram os principais meios de transporte e comunicação, o que os tornava corredores logísticos e culturais.
- As populações indígenas resistiram a essas ocupações, mas também foram integradas de forma forçada em muitos contextos.

CICLO DA BORRACHA E A INTENSIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO (FINAL DO SÉCULO XIX – INÍCIO DO SÉCULO XX)

Com a expansão do ciclo da borracha na Amazônia, houve uma mudança significativa no perfil de ocupação dos vales fluviais. Os rios Madeira e Mamoré tornaram-se fundamentais para o escoamento da borracha extraída nas áreas interiores de Rondônia e da Bolívia. Nesse contexto, destaca-se a tentativa de superar os obstáculos naturais (como as corredeiras do Madeira) com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), iniciada em 1907 e concluída em 1912.

A EFMM ligava Porto Velho (às margens do Madeira) a Guajará-Mirim (no Mamoré), permitindo o transporte da produção gomífera até os portos brasileiros. A ferrovia foi um vetor fundamental de ocupação e urbanização da região:

- Estimulou a formação de vilas e núcleos urbanos ao longo do traçado.
- Atração de migrantes nordestinos, caribenhos e europeus para trabalhar na construção da estrada.
- Aumentou a presença institucional do Estado brasileiro na região.

No entanto, a decadência da borracha após a Primeira Guerra Mundial levou ao abandono de muitas dessas áreas, consolidando um ciclo de crescimento e retração marcado pela dependência de produtos de exportação.



LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)
- IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



CPU



TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Estado de Rondônia, parte integrante e autônoma da República Federativa do Brasil, reger-se-á por esta Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos pela Constituição Federal.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º São símbolos do Estado a bandeira, o hino e o brasão, em uso na data da promulgação desta Constituição e outros que a lei venha a estabelecer.

Art. 3º O território do Estado de Rondônia tem como limites os estabelecidos pela lei.

Art. 4º A Capital do Estado é a cidade de Porto Velho.

Art. 5º Incluem-se entre os bens do Estado:

I - os que a ele pertenciam na data da promulgação desta Constituição;

II - no seu território, as águas superficiais ou subterrâneas fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obra da União;

III - as ilhas fluviais e lacustres localizadas em seu território e que não se situem na zona limítrofe com outro país e não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas, não pertencentes à União;

V - outros bens e direitos que venha a incorporar ou adquirir, a qualquer título.

Parágrafo único. Os bens do Estado não podem ser objeto de doação, venda, aforamento ou cessão de uso, senão em virtude da lei que disciplinará o seu procedimento.

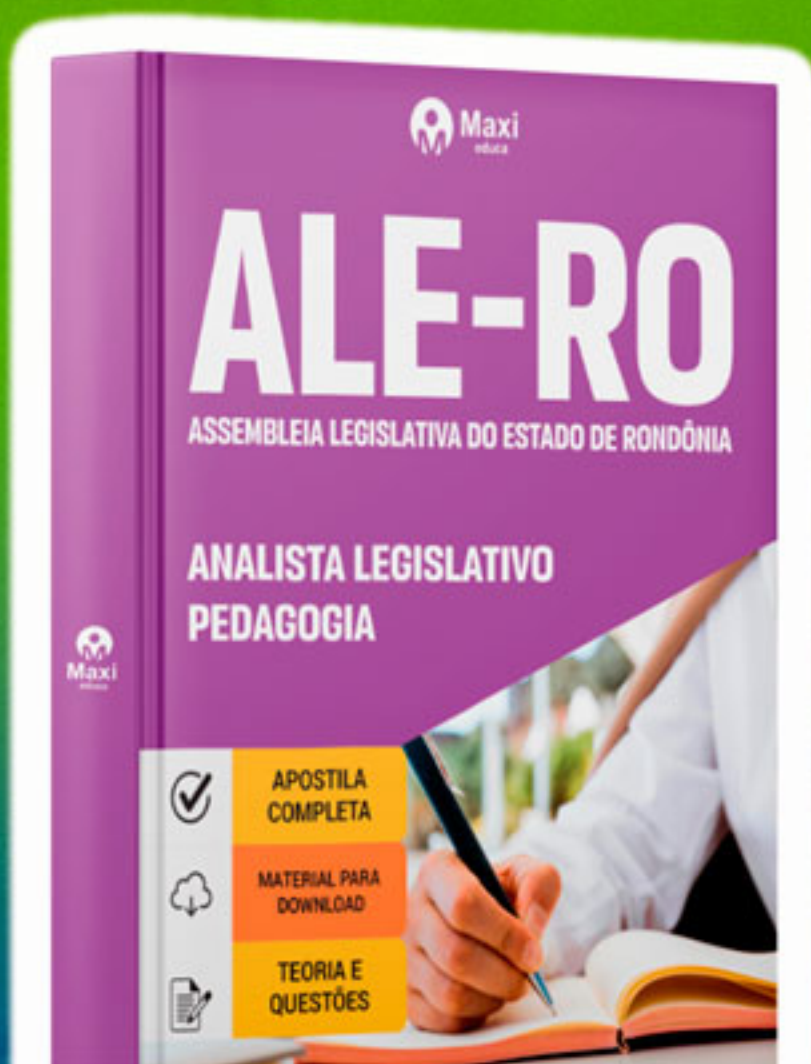
Art. 6º O Estado divide-se política e administrativamente em Municípios, autônomos nos limites constitucionais.

§ 1º Poderão ser instituídas, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

§ 2º Será instituído, mediante lei complementar, zoneamento socioeconômico e ecológico. (Dispositivo com a vigência restaurada diante do efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade da EC nº 126, de 21/03/2018 - processo nº 0800913-33.2018.8.22.0000 TJ/RO – Decisão: “Ação julgada procedente com efeitos ex tunc nos termos do voto da Relatora, por maioria, vencido o Juiz Jorge Luiz dos Santos Leal” Acórdão publicado no Do-e-ALE/RO nº 76, de 29/04/2024, Trânsito em Julgado em 19/03/2024 (após o STF negar seguimento ao Recurso Extraordinário))

§ 3º Poderão ser criadas estâncias turísticas, hidrominerais e climáticas em municípios do Estado, mediante lei complementar que estabeleça as condições e os requisitos mínimos a serem observados para esse fim, em consonância com a manifestação dos órgãos técnicos do Estado. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)

§ 4º O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, um fundo de melhorias das estâncias, com o objetivo de desenvolver programas de urbanização, melhorias e preservação do meio ambiente das estâncias de qualquer natureza. (Acrescido pela EC nº 34, de 12/09/2003 – D.O.E nº 5327, de 06/10/2003)



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!